

PODER

Mendonça libera Ibaneis de ir à CPI

Ministro concede habeas corpus e deixa para o ex-governador a decisão de comparecer à comissão para prestar depoimento

» EDUARDA ESPOSITO

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do inquérito sobre o Banco Master, concedeu ontem um habeas corpus a Ibaneis Rocha que o desobriga de comparecer à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado. A convocação do ex-governador do Distrito Federal foi decidida na sessão do colegiado da terça-feira. Citando uma série de HCs recentes, o magistrado justificou a decisão para manter o direito de não autoincriminação.

“Não obstante a importância superlativa da ‘CPMI do Crime Organizado’ e de sua atuação independente na apuração dos fatos certos e determinados que ensejaram a sua instauração (...), revela-se inafastável a garantia constitucional de qualquer investigado contra a autoincriminação, direito fundamental expressamente consagrado no art. 5º, LXIII, da Constituição da República (...). Afasto a obrigatoriedade de comparecimento, transmutando-a em facultatividade, deixando a cargo do petionário a decisão de comparecer, ou não, à CPI do Crime Organizado”, decidiu Mendonça. No parecer, o ministro ressaltou que as comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação, mas isso exige ordem político-jurídica essencial ao regime democrático. “Há jurisprudentia do Supremo Tribunal Federal, no sentido do direito de um investigado à não autoincriminação”.

O ministro salientou que Ibaneis, caso deseje comparecer, pode permanecer em silêncio, ser assistido por um advogado, não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de subscrever termos

com esse conteúdo e de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores. Esta foi a terceira tentativa da CPI de ouvir o ex-governador. Nas duas vezes anteriores, como Ibaneis ainda estava no cargo, foi apenas convidado, o que não acarretava obrigatoriedade de prestar depoimento.

Tão logo soube que fora convocado, Ibaneis disse ao **Correio** que não via conexão entre a investigação conduzida pela comissão e a inclusão do seu nome. “A CPI é do crime organizado. Não entendo o que tem a ver comigo”, questionou. O ex-governador adiantou, então, que seus advogados analisariam o caso sob a hipótese de eventual desvio de finalidade.

Relações

No requerimento de convocação, de autoria do relator da comissão, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), a justificativa da oitiva seria para tentar entender as relações comerciais entre o escritório de advocacia do ex-governador com entidades investigadas nas operações Compliance Zero e Carbono Oculto, da Polícia Federal, além do seu papel institucional nas decisões estratégicas do BRB que teve operações com o banco Master. “Consta que o atual diretor do Fundo Laguz I, Marcos Ferreira Costa, é o mesmo representante da Reag que apadrinhou dois conselheiros indicados pelo governador Ibaneis Rocha para o Conselho Fiscal do BRB. Após a divulgação do fato pela imprensa, ambos os conselheiros renunciaram a seus cargos, sem que se tenha esclarecido publicamente em que circunstâncias suas indicações foram processadas e aprovadas. Essa sobreposição — em

Rosinei Coutinho/STF



Revela-se inafastável a garantia constitucional de qualquer investigado contra a autoincriminação, direito fundamental expressamente consagrado no art. 5º, LXIII, da Constituição da República (...). Afasto a obrigatoriedade de comparecimento, transmutando-a em facultatividade, deixando a cargo do petionário a decisão de comparecer, ou não, à CPI do Crime Organizado”

Trecho da decisão do ministro André Mendonça, do STF

que o mesmo agente figura simultaneamente como representante da contraparte comercial do escritório e como padrinho de indicações políticas ao conselho de um banco público — constitui, no mínimo, uma aparência de conflito de interesses de grave potencial institucional”, pontuou Vieira.

Sobre os esclarecimentos referentes ao Master, o relator destacou as supostas negociações que Ibaneis e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, então dono da

instituição financeira que viria ser liquidada extrajudicialmente pelo Banco Central (BC), tiveram pessoalmente. “O governador teria agido pessoalmente para aprovar a negociação, segundo relatos da imprensa especializada, e indicou Paulo Henrique Costa para a presidência do BRB — executivo que foi, posteriormente, afastado por decisão judicial. Em depoimento à Polícia Federal, o banqueiro Daniel Vorcaro, controlador do Banco

Master, declarou ter conversado pessoalmente com o governador sobre a venda da instituição, ao passo que o governador negou ter tratado diretamente do tema com Vorcaro”, destacou.

Na sessão, além da aprovação da convocação de Ibaneis, Vieira afirmou que há ministros no STF “atrapalhando” as investigações da CPI. “Nós temos ministros da Suprema Corte que trabalham contra as investigações, isso é muito claro. Nós temos decisões,

em particular do ministro Gilmar Mendes e do ministro Alexandre Moraes, que são deliberadamente contrárias à investigação. São decisões que não guardam nenhum tipo de histórico na Corte. São contraditórias, não têm base legal, não têm base constitucional e atendem, nesse momento, apenas ao interesse de quem não quer ver a investigação funcionando”, acusou, adiantando que recorreria de HC como o concedido ontem a Ibaneis.

Philippe Lima/Governo do RJ



Para CPI, depoimento de Castro ajuda a entender mecânica do crime no Rio

Castro quer falar no último dia

Convocado na mesma sessão de Ibaneis Rocha, o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro pediu para ser remarcado para depor na CPI do Crime Organizado em 14 de abril. A data, porém, é a do fim dos trabalhos do colegiado, caso não seja prorrogada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). O relator, Alessandro Vieira (MDB-SE), afirmou que mais 60 dias seriam suficientes para encerrar o trabalho da comissão, mas não há nenhuma sinalização de que a extensão será concedida.

Inicialmente, Castro confirmou que compareceria à CPI para, segundo ele, auxiliar na formação de um panorama importante para investigar falhas e gargalos institucionais no combate à lavagem de dinheiro. Contudo, alguns fatores teriam pesado para o pedido de adiamento: o primeiro, é a indenização sobre quem assume o mandato tampão de governador — ele articula para que o deputado Douglas Ruas (PL) assumira a presidência da Assembleia Legislativa do estado, posição que turbinaria sua candidatura ao Palácio Guanabara;

outra, foi o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Supremo Tribunal Federal (STF) que determine ao governo fluminense a entrega integral dos laudos necroscópicos das mortes registradas na Operação Contenção, realizada em 28 de outubro de 2025 nos complexos da Penha e do Alemão, na Zona Norte do Rio, que deixou 122 mortos. Castro utilizaria o resultado dessa incursão como um dos motes da sua campanha ao Senado, em outubro.

“O depoimento do ex-governador permitirá detalhar os desafios

enfrentados pela corregedoria e pelas instâncias de controle do Estado para depurar as forças de segurança de agentes corrompidos, analisar a arquitetura das políticas de segurança implementadas em sua gestão para avaliar o que funcionou e o que não avançou na contenção da expansão territorial, e mapear o fluxo de informações de inteligência entre os níveis estadual e federal, o qual é fundamental para identificar se há omissões ou bloqueios no compartilhamento de dados que favoreçam a impunidade”, justificou Vieira. (EE)

CONGRESSO

Câmara vota repasse de 1% para Sistema de Assistência

A Câmara dos Deputados deve votar na próxima semana, após o retorno da Semana Santa e o fim da janela partidária, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 383, de 2017, que assegura o repasse mínimo de 1% da receita corrente líquida da União para o Sistema Único de Assistência Social. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou em suas redes sociais que colocará o texto para votação após apresentação de requerimento para inclusão na ordem do dia do deputado e ex-ministro Patrus Ananias (PT-MG), em 17 de março.

O projeto garante um investimento mínimo para a assistência social, recurso oriundo da contribuição da União, estados, Distrito Federal e municípios em 1% da receita corrente líquida, uma espécie de financiamento conjunto. A PEC vai adicionar na Constituição o direito de investimento na assistência social, assim como já ocorre para saúde e educação. Nos dois primeiros anos após a aprovação do texto, o governo federal arcará com 0,5%, aumentando para 1% no terceiro ano. O relatório atual, do deputado André Figueiredo (PDT-CE),

também garante que 2% do montante arrecadado seja mantido na União para gerir e executar ações de assistência social.

Esse orçamento será usado para auxiliar pessoas em emergências, como a tragédia causada pelas chuvas no Rio Grande do Sul, em 2024. Outra finalidade é manter os centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). A PEC também prevê o pagamento de profissionais como psicólogos, assistentes sociais e outros que atuam na linha de frente, e uma renda mínima para pessoas que vivem em situação de pobreza.

No anúncio feito nas redes sociais, Motta afirmou que a proposta fortalece os municípios por garantir mais recursos federais para esta finalidade, além de desafogar o orçamento das prefeituras. “É a Câmara, mais uma vez, demonstrando seu compromisso com as pessoas que mais precisam no nosso país. Fechar os olhos não elimina a desigualdade do nosso país. Estamos prontos para colaborar com esse debate”, disse.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Pedido para análise da PEC foi feito pelo deputado Patrus Ananias

Patrus Ananias, autor do requerimento de inserção na pauta, afirmou que a proposta não será um rombo fiscal para o próximo governo, porque o impacto é muito pequeno. “Nós estamos falando de 1% ao ano incidindo sobre a receita

corrente líquida. Então, considero que não haverá um impacto maior”, defendeu.

O movimento para trazer a proposta ao plenário é antigo. Nos últimos anos, vários deputados apresentaram requerimentos

» País tem 12 programas sociais

Atualmente, existem 12 programas de assistência social: Cadastro Único, Bolsa Família, Auxílio Gás, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Fomento Rural, Cisternas, Programa de Aquisição de Alimentos, Ação de Distribuição de Alimentos, Entidades de Apoio e Acolhimento (Comunidades Terapêuticas), Acredita no Primeiro Passo, Política de Cuidados e Gás do Povo. Além deles, há ainda em execução dois sistemas: o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. O CadÚnico, um dos principais programas, tem mais de 42,2 milhões cadastrados, cuja maioria é de agricultores familiares — mais de 3 milhões. No Bolsa Família, são 18,7 milhões de famílias beneficiárias, recebendo, em média, R\$ 683,75 por mês. O Ministério do Desenvolvimento Social divulgou dados relacionados a janeiro de mobilidade dos beneficiários do Cadastro Único sobre quando conseguem empregos formais. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados mostraram que foram 790.581 admissões e 678.101 desligamentos desse público nas vagas com carteira assinada, que representou um saldo positivo de 112.480 postos de trabalho formais — maior que o saldo geral de empregos, negativo em 146 postos.

para votar a PEC, como Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), em fevereiro. Contudo, a maior movimentação parlamentar se deu em novembro do ano passado, quando cinco parlamentares apresentaram requerimentos semelhantes naquele mês. Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) nos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Ananias sempre foi ligado às causas sociais e, recentemente, acusado pelos movimentos que atuam no setor.

“Faz parte da minha história como prefeito de Belo Horizonte, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além de ter sido também professor na Escola de Serviço Social da PUC Minas e advogado do sindicato dos assistentes sociais. Portanto, a retomada da PEC se deu a partir dos contatos que mantenho com lideranças militantes dos movimentos sociais e dos movimentos ligados à assistência social, que me procuraram para nós tomarmos essa iniciativa”, explicou o deputado. (EE)